



1º Simulado

PCMG

Escrivão e Investigador
Pós-Edital

Simulado PC-MG

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC-MG;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no conteúdo programático do edital.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PC-MG-31-10-21>

- | | |
|--------------|--------------|
| 01 – A B C D | 31 – A B C D |
| 02 – A B C D | 32 – A B C D |
| 03 – A B C D | 33 – A B C D |
| 04 – A B C D | 34 – A B C D |
| 05 – A B C D | 35 – A B C D |
| 06 – A B C D | 36 – A B C D |
| 07 – A B C D | 37 – A B C D |
| 08 – A B C D | 38 – A B C D |
| 09 – A B C D | 39 – A B C D |
| 10 – A B C D | 40 – A B C D |
| 11 – A B C D | 41 – A B C D |
| 12 – A B C D | 42 – A B C D |
| 13 – A B C D | 43 – A B C D |
| 14 – A B C D | 44 – A B C D |
| 15 – A B C D | 45 – A B C D |
| 16 – A B C D | 46 – A B C D |
| 17 – A B C D | 47 – A B C D |
| 18 – A B C D | 48 – A B C D |
| 19 – A B C D | 49 – A B C D |
| 20 – A B C D | 50 – A B C D |
| 21 – A B C D | 51 – A B C D |
| 22 – A B C D | 52 – A B C D |
| 23 – A B C D | 53 – A B C D |
| 24 – A B C D | 54 – A B C D |
| 25 – A B C D | 55 – A B C D |
| 26 – A B C D | 56 – A B C D |
| 27 – A B C D | 57 – A B C D |
| 28 – A B C D | 58 – A B C D |
| 29 – A B C D | 59 – A B C D |
| 30 – A B C D | 60 – A B C D |

PORTUGUÊS

Janaina Arruda / Luciana

TEXTO 1**História da Polícia Civil**

[1] A instituição policial brasileira, segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530, quando da chegada de Martin Afonso de Souza enviado ao Brasil-Colônia por D. João III. A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a Polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo Justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil. A partir de então a Instituição Policial brasileira passou por seguidas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente. Somente em 1808, com a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.

[2] Na época, uma das principais funções desta organização era se prevenir de espões europeus e fiscalizar embarcações. A polícia, então, também começou a ser chamada de Civil, como uma forma de diferenciá-la de outras formas de policiamento, por seu caráter investigativo.

[3] Em 20 de setembro de 1871, pela Lei nº 2033, regulamentada pelo Decreto nº 4824, de 22 de novembro do mesmo ano, foi reformado o sistema adotado pela Lei nº 261, separando-se JUSTIÇA e POLÍCIA de uma mesma organização e trazendo algumas inovações que perduram até os nossos dias, como, por exemplo, a criação do Inquérito Policial.

[4] A Polícia Civil só foi reconhecida nas configurações de hoje por meio da Constituição de 1988, que determina as funções de cada órgão de segurança do país. No artigo 144, a legislação esclarece que a Polícia Civil tem como atribuição assegurar o cumprimento da legislação e investigar crimes cometidos nos estados brasileiros. É de competência dos Governadores do estado e Distrito Federal comandar a Polícia Civil, sendo que cada uma delas pode ter regimentos internos que sigam as leis estaduais.

(POLÍCIA CIVIL ESTADO DE SERGIPE. História da Polícia Civil. **Polícia Civil** Estado do **Sergipe**. Disponível em:

<https://www.policiacivil.se.gov.br/historia-da-policia-civil/>. Acesso em: 30 jul. 2021. Adaptado).

01. Os textos podem ser identificados de acordo com a tipologia textual, que se refere a estruturas fixas que organizam o texto de acordo com a intenção comunicativa do escritor. O tipo textual predominante no texto 1 é:

- a) Descrição.
- b) Narração.
- c) Injunção.
- d) Dissertação.

02. O autor do texto expõe vários fatos em ordem cronológica, de acordo com a sequência de acontecimentos. Sobre as informações apresentadas no texto 1, é INCORRETO afirmar que:

- a) A instituição policial brasileira passou a existir a partir da chegada de Martin Afonso de Souza ao Brasil, que fora enviado por D. João III.
- b) A princípio, umas das principais funções da polícia não era exatamente proteger os cidadãos contra crimes, mas prevenir a entrada de espões europeus em terras brasileiras e fiscalizar embarcações.
- c) O reconhecimento da configuração atual da Polícia Civil só ocorreu tardiamente, com a Constituição de 1988 que esclarece as atribuições desse órgão.
- d) A partir de 1808, a Polícia começou a ser chamada de Civil para diferenciá-la de outras instituições, pois se dedicava às atividades de julgamento das infrações praticadas pelos civis.

03. A pontuação utilizada em um texto colabora para a organização das ideias expostas, para a coesão textual e garante a correção gramatical. Analise o uso da vírgula no trecho destacado a seguir.

"A Polícia Civil só foi reconhecida nas configurações de hoje por meio da Constituição de 1988, que determina as funções de cada órgão de segurança do país".

- a) É necessário acrescentar uma vírgula após "Polícia Civil" para que a oração adjetiva explicativa seja corretamente isolada.
- b) A vírgula presente no trecho é facultativa, em outras palavras, sua presença ou ausência não altera em nada o sentido e a correção gramatical do trecho.
- c) A retirada da vírgula após "1988" causaria alteração de sentido, embora a correção gramatical seja mantida.
- d) A expressão "Constituição de 1988" deveria estar isolada entre vírgulas por se tratar de um adjunto adverbial deslocado.

04. As palavras dispostas nas orações exercem diferentes funções sintáticas, de modo a possibilitar a transmissão da informação. Indique a alternativa correta sobre a análise dos termos que compõem o trecho a seguir.

"A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a Polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo Justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil."

- a) Os termos "A pesquisa histórica" e "a Polícia brasileira" exercem a mesma função sintática.
- b) Os termos "A pesquisa histórica" e "a Polícia brasileira" podem ser classificados como complementos verbais.
- c) Os termos "A pesquisa histórica" e "a Polícia brasileira" exercem função sintática diferente.

d) O termo "A pesquisa histórica" pode ser classificado como sujeito e o termo "a Polícia brasileira" como complemento verbal.

05. A coesão textual é o resultado da conexão entre as várias partes do texto, de modo que este seja um veículo de interação entre o autor do texto e seu leitor. Indique qual é o recurso de coesão textual utilizado pelo autor no trecho a seguir.

"A polícia, então, também começou a ser chamada de Civil, como uma forma de diferenciá-la de outras formas de policiamento, por seu caráter investigativo".

- a) Pronome relativo.
- b) Ordenador.
- c) Conectivo.
- d) Pronome pessoal oblíquo.

TEXTO 2

[1] Sem dúvida, a definição das infrações, sua hierarquia de gravidade, as margens de indulgência, o que era tolerado de fato e o que era permitido de direito — tudo isto modificou-se amplamente nos últimos duzentos anos. Muitos crimes perderam tal conotação, uma vez que estavam objetivamente ligados a um exercício de autoridade religiosa ou a um tipo de vida econômica; a blasfêmia deixou de se constituir em crime; o contrabando e o furto doméstico perderam parte de sua gravidade. Mas tais transformações não são, por certo, o mais importante: a divisão de permitido e proibido manteve, entre um e outro século, certa constância. Em compensação, o objeto "crime", aquilo a que se refere a prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal.

[2] A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápidas. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio

ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos. Dir-se-ia que não são eles que são julgados; se são invocados, é para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime.

[3] Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são, na realidade, julgadas e punidas. Julgadas mediante recurso às "circunstâncias atenuantes", que introduzem no veredicto não apenas elementos "circunstanciais" do ato, mas coisa bem diversa, juridicamente não codificável: o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro. Julgadas também por todas essas noções veiculadas entre medicina e jurisprudência desde o século XIX e que, pretendendo explicar um ato, não passam de maneiras de qualificar um indivíduo.

[4] Punidas pelo castigo que se atribui a função de tornar o criminoso "não só desejoso, mas também capaz de viver respeitando a lei e de suprir às suas próprias necessidades"; são punidas pela economia interna de uma pena que, embora sancione o crime, pode modificar-se (abreviando-se ou, se for o caso, prolongando-se), conforme se transformar o comportamento do condenado; são punidas, ainda, pela aplicação dessas "medidas de segurança" que acompanham a pena (proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório) e não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações.

(FOUCAULT, M. O corpo dos condenados. In: **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 21, 22. Adaptado).

06. Os textos, de modo geral, apresentam o ponto de vista de seu autor acerca de um assunto que está sendo discutido ou apresentado. Indique a alternativa correta sobre as informações expostas no texto 2.

- a) Paixões, delitos e anomalias não são julgados, apenas o ato considerado errado em si mesmo é passível de julgamento.
- b) O castigo dado ao criminoso tem por objetivo deixar explícito que aquele indivíduo não é mais aceito na sociedade e nem pode se adequar a ela.
- c) Aconteceu uma modificação profunda nos últimos 200 anos no que se considera crime dentro da prática penal.
- d) Medidas de segurança, como liberdade vigiada e tutela penal, têm como objetivo modificar o crime e não necessariamente controlar o indivíduo.

07. A concordância verbal é um fenômeno sintático. É o produto dos ajustes entre as palavras, de modo a indicar as flexões de pessoa e de número. Analise a concordância verbal do trecho abaixo.

"Sem dúvida, a definição das infrações, sua hierarquia de gravidade, as margens de indulgência, o que era tolerado de fato e o que era permitido de direito — tudo isto modificou-se amplamente nos últimos duzentos anos."

IDENTIFIQUE as asserções com (V) ou (F), conforme sejam verdadeiras ou falsas.

- () O verbo "modificar-se" foi flexionado incorretamente no singular, já que o sujeito a que se refere esse verbo é um sujeito composto.
- () O verbo "ser", flexionado na terceira pessoa do singular do pretérito imperfeito, concorda corretamente com seu sujeito.
- () O verbo "modificar-se" está flexionado no singular para concordar com o termo resumitivo "tudo isto".
- () O trecho "nos últimos duzentos anos" flexionaria no plural o verbo "modificar-se".

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- a) V - F - F - V.
- b) F - V - V - F.
- c) F - F - V - V.

d) V - V - F - V.

08. O ofício é um tipo de comunicação oficial que tem como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e também com particulares. É INCORRETO afirmar sobre a redação de ofício.

a) O ofício, por ser comunicação oficial, serve para comunicar os servidores públicos sobre alterações na ocupação de cargos públicos.

b) Como a finalidade do ofício é informar, sua linguagem deve ser clara, concisa e de acordo com o padrão culto da língua.

c) O ofício, meio de comunicação dos órgãos públicos, deve possuir identificação composta por: nome do documento, número, ano e a sigla do setor que expediu o documento.

d) A nomenclatura e a diagramação de um ofício devem seguir normas padronizadas para esse tipo de documento.

09. As comunicações oficiais devem apresentar determinadas características que garantam a clareza e a objetividade da informação veiculada. A característica que se refere à "ausência de impressões individuais de quem comunica" (MRPR, 2018, p. 20) é:

a) Informalidade.

b) Credibilidade.

c) Simplicidade.

d) Impessoalidade.

10. Em razão de seu caráter público e de sua finalidade, os atos normativos e os expedientes oficiais devem apresentar mensagem acessível e compreensível a todos. Assinale a alternativa que indica corretamente uma exigência em relação à linguagem utilizada nos expedientes oficiais.

a) Jargões do meio oficial.

b) Expressões coloquiais.

c) Norma culta.

d) Expressões rebuscadas.

LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

Marcos Girão

11. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item incorreto diante da legislação:

Art.2º A PCMG, órgão autônomo, essencial à segurança pública, à realização da justiça e à defesa das instituições democráticas, fundada na promoção da cidadania, da dignidade humana e dos direitos e garantias fundamentais, tem por objetivo, no território do Estado, em conformidade com o art. 136 da Constituição do Estado, dentre outros, o exercício das funções de:

a) proteção da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

b) preservação da ordem e da segurança públicas;

c) repressão dos ilícitos penais mediante uso proporcional da força, e a participação e interação comunitária

d) preservação das instituições políticas e jurídicas;

12. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item incorreto diante da legislação:

À PCMG é assegurada autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

- a) elaborar a sua programação financeira anual e acompanhar e avaliar sua implantação, segundo as dotações consignadas no orçamento do Estado;
- b) executar contabilidade própria;
- c) adquirir materiais, viaturas e equipamentos específicos.

d) As atividades de planejamento e orçamento e de administração financeira e contabilidade subordinam-se administrativamente ao Governador e tecnicamente às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda, respectivamente.

13. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item correto diante da legislação:

- a) A função de polícia judiciária consiste, precipuamente, no auxílio ao sistema de justiça criminal para a aplicação da lei penal, civil e processual, bem como nos registros e fiscalização de natureza regulamentar.
- b) São símbolos institucionais da PCMG apenas o hino, o brasão, a logomarca e a bandeira.
- c) A direção da polícia judiciária cabe, em todo o Estado, aos Delegados de Polícia de carreira, nos limites de suas circunscrições.
- d) À PCMG, órgão permanente do poder público, dirigido por Delegado de Polícia de carreira e organizado de acordo com os princípios dos direitos humanos, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração, no território do Estado, das infrações penais e dos atos infracionais, exceto os militares.

14. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas

Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item correto diante da legislação:

- a) O Chefe da PCMG será nomeado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública dentre os integrantes, em atividade, do nível final da carreira de Delegado de Polícia que possuam, no mínimo, vinte anos de efetivo serviço policial, vedada a nomeação daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da legislação federal.
- b) O Chefe da PCMG tem prerrogativas, vantagens e padrão remuneratório do cargo de Secretário de Estado.
- c) As funções constitucionais da PCMG são delegáveis, no entanto, somente podem ser desempenhadas por ocupantes das carreiras que a integram.
- d) A PCMG subordina-se diretamente ao Governador do Estado e integra, para fins operacionais, o Sistema de Defesa Nacional.

15. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item correto diante da legislação sobre as prerrogativas do Policial Civil:

- a) O policial civil goza da prioridade em qualquer serviço de transporte e comunicação, público e privado.
- b) O policial civil goza do porte livre de arma, em todo o território internacional, nos termos de legislação específica.
- c) O policial civil goza do livre acesso a locais públicos ou particulares sujeitos a intervenção policial.
- d) O policial civil goza de usar privativamente distintivo e documento de identidade funcional, válido em todo território nacional.

16. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item incorreto diante da legislação sobre os direitos previstos para o Policial Civil segundo a lei complementar:

- a) ter assegurados os direitos da policial civil feminina, relativamente à gestação, amamentação e às exigências de cuidado com filhos menores, nos termos de regulamento.
- b) ser recolhido somente em unidade prisional própria e especial ou em sala especial da unidade em que sirva, sob a responsabilidade do seu dirigente, quando preso em flagrante delito ou por força de decisão judicial, sendo-lhe permitido exercer atividade funcional ou sair da repartição sem expressa autorização do juízo a cuja disposição se encontre.
- c) receber equipamentos de proteção individual e mobiliários adequados ao tipo de trabalho desenvolvido.
- d) ter respeitado o regime do trabalho policial civil.

17. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item correto diante da legislação sobre o regime de trabalho previsto para o Policial Civil segundo a lei complementar:

- a) O regime de trabalho se caracteriza pelo dever de imediata atuação, sempre que presenciar a prática de infração penal, independentemente da carga horária semanal de trabalho, do repouso semanal e férias, independente das normas técnicas de segurança.
- b) O regimento de trabalho em plantão se caracteriza no cumprimento de carga horária semanal de trabalho de quarenta e quatro horas.

c) O período em trânsito para a realização de diligências policiais em localidade diversa da lotação do policial civil, em qualquer região do Estado ou fora dele, considera-se como tempo efetivamente trabalhado.

d) O regime de trabalho se caracteriza pela realização de diligências policiais em qualquer região do Estado, somente.

18. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item incorreto diante da legislação sobre as licenças previstas para o Policial Civil segundo a lei complementar:

- a) Para tratamento de saúde.
- b) Por motivo de maternidade ou paternidade, guarda ou adoção, nos termos da lei.
- c) Por motivo de doença em pessoa da família.
- d) Para serviço militar.

19. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item correto diante da legislação sobre os afastamentos previstos para o Policial Civil segundo a lei complementar:

- a) O policial civil poderá se afastar para exercer cargo de direção da Polícia Federal.
- b) O Chefe da PCMG poderá conceder afastamento ao policial civil, sem prejuízo da remuneração para frequentar cursos relacionados com o exercício das funções do cargo ocupado pelo policial civil, pelo prazo de seis meses, prorrogável até o máximo de seis meses.

- c) O policial civil poderá, ainda, afastar-se das funções do cargo para tratar de interesses particulares, pelo prazo máximo de três anos.
- d) O policial civil que tenha se afastado das funções para estudo, especialização ou aperfeiçoamento, sem prejuízo da remuneração ou com ônus para a PCMG, ficará obrigado a prestar serviços pelo menos por mais dois anos após o período do afastamento ou a ressarcir o Estado da importância despendida, inclusive com o custeio da viagem, em conformidade com o disposto em regulamento.

20. Conforme a lei complementar nº 129 de 2013, que organiza a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -PCMG-, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, indique o item correto diante da legislação sobre o estágio probatório para o Policial Civil segundo a lei complementar:

Art. 87. O policial civil submeter-se-á a estágio probatório, pelo prazo de três anos, a partir do ato da posse, durante o qual será avaliada, em caráter permanente, sua aptidão para fins de declaração de estabilidade na carreira.

Parágrafo único. Na avaliação a que se refere o caput, serão observados, entre outros critérios estabelecidos em regulamento:

- a) integração comunitária no que estiver afeto às atribuições do cargo
- b) promoção dos direitos humanos
- c) o uso proporcional da força
- d) a uniformidade dos procedimentos policiais

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

21. É crime imprescritível nos termos da Constituição Federal de 1988

- a) o terrorismo.
- b) a prática da tortura.
- c) a prática do racismo.
- d) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

22. Segundo a Constituição Federal e a propósito da atuação das polícias militares, é correto afirmar que

- a) incumbe-lhes a polícia judiciária.
- b) subordinam-se ao Presidente da República.
- c) são forças auxiliares e de reserva do Exército.
- d) respondem pelo patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

23. Quando o Estado se responsabiliza pela prestação de determinado serviço público de sua titularidade, o faz mediante a distribuição interna de competências entre órgãos responsáveis por essa atividade. Essa distribuição interna de competências, entre órgãos e agentes pertencentes a uma mesma pessoa jurídica, é denominada

- a) descentralização administrativa, caso em que há a ruptura do vínculo hierárquico.
- b) desconcentração política, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.
- c) delegação administrativa, com a consequente ruptura do vínculo hierárquico.
- d) desconcentração administrativa, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.

24. Ao aplicar uma multa a determinada sociedade empresária que tenha descumprido uma cláusula de contrato administrativo celebrado com a Administração, a autoridade administrativa fará uso do poder

- a) de polícia.
- b) disciplinar.
- c) hierárquico.
- d) regulamentar.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

25. Acerca do concurso de pessoas, assinale a alternativa correta.

- a) Os crimes próprios não admitem a coautoria.
- b) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um a dois terços.
- c) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis se o crime não chega, ao menos, a ser tentado.
- d) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal sempre se comunicam.

26. Jonas, ao tomar conhecimento de que os moradores de uma residência estavam viajando, resolve furtá-la. Contudo, os moradores resolveram retornar mais cedo e flagraram Jonas escalando o muro dos fundos para fugir, com um notebook na mão. Diante disso, um dos moradores, que era policial civil, tenta realizar uma abordagem contra Jonas, na tentativa de reaver o notebook, mas Jonas com o intuito de assegurar a detenção da *res furtiva*, arremessa uma pedra contra os moradores, conseguindo fugir com o objeto. Diante do fato narrado, a conduta de Jonas se amolda ao crime de:

- a) roubo impróprio.
- b) furto próprio.

- c) roubo próprio.
- d) furto impróprio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

27. Analise as assertivas a seguir:

I – Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, o inquérito poderá ser iniciado sem a representação, eis que esta é apenas condição de procedibilidade para a ação penal pública, mas não é necessária para a instauração do inquérito policial.

II - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após a liberação pelos peritos.

III – Estando preso o indiciado, o inquérito policial deverá ser concluído em até 30 dias, a contar da data da efetivação da prisão.

IV – O arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia impede a retomada futura das investigações, ainda que surja, posteriormente, notícia da existência de prova nova.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) II e III
- b) I, III e IV
- c) III
- d) II

28. José e Pedro eram investigados em determinado inquérito policial pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão, de 01 a 05 anos, e multa). No curso das investigações, a autoridade policial representou ao Juízo pela decretação da prisão preventiva de José, para a garantia da ordem pública. O Juízo, acolhendo a representação do delegado, decretou a prisão

preventiva de José. Finalizado o inquérito policial, ambos foram denunciados pelo Ministério Público, que ficou silente quanto à necessidade de prisão preventiva de Pedro. O Juiz, então, recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva de Pedro, eis que havia elementos concretos que indicavam que o mesmo estaria ameaçando testemunhas.

Nesse caso, é correto afirmar que o magistrado agiu:

- a) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que o crime em questão não admite prisão preventiva.
- b) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que deve sempre haver manifestação do Ministério Público.
- c) incorretamente apenas no que tange à prisão preventiva de José.
- d) incorretamente apenas no que tange à prisão preventiva de Pedro.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

29. Em se tratando da capacidade e dos direitos da personalidade da pessoa natural, assinale a alternativa correta, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002:

- a) São absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos e aqueles que por causa transitório ou permanente, não podem exprimir a sua vontade.
- b) Do ponto de vista jurídico, pelo fato de o nascituro ainda não ser considerado pessoa, seus direitos não são resguardados pela lei civil.
- c) É impossível a cessação da incapacidade se a pessoa conta com menos de 18 anos de idade.
- d) A morte é fator que encerra a existência da pessoa natural. Será considerada presumida quando a pessoa estiver ausente e se abrir a sucessão definitiva.

30. Ao aproximar-se da data de seu aniversário de 18 anos, Sônia pediu ao seu pai, Carlos, que lhe desse um carro. A fim de incentivar os estudos da filha, Carlos estipulou contrato de doação, porém, com uma cláusula que exigia sua aprovação prévia em vestibular e seu ingresso no curso de Direito. Diante do exposto e de acordo com o CC/2002, a cláusula em questão trata-se de:

- a) Uma condição impossível.
- b) Uma condição suspensiva.
- c) Um encargo.
- d) Uma condição resolutiva.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

31. Sobre a Política Nacional de Direitos Humanos do Brasil, é INCORRETO afirmar:

- a) O PNDH-3 prevê entre suas diretrizes, a promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos.
- b) A elaboração dos Programas Nacionais de Direitos Humanos decorreu de recomendação feita na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993).
- c) O PNDH-1 foi elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso e o PNDH-3 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.
- d) O PNDH-3 carece de diretriz a respeito da profissionalização da investigação de atos criminosos.

32. Sobre sistema de proteção interamericano de Direitos Humanos, é CORRETO afirmar:

- a) A Comissão Interamericana, Indivíduos ou grupos de pessoas e os Estados Partes podem submeter um caso à Corte Interamericana.
- b) Corte Interamericana não apresenta competência consultiva.

c) A Corte Interamericana é órgão jurisdicional do sistema regional, composto por 10 juízes nacionais de Estados Membros da OEA, eleitos a título pessoal pelos Estados Partes da Convenção.

d) Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-Membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-Parte.

33. A Constituição da República de 1988 inovou com relação a proteção dos Direitos Humanos, trazendo rol de garantias e direitos fundamentais e desde a reforma do judiciário (Emenda Constitucional 45) é possível status hierárquico constitucional de Tratados Internacionais de Direitos Humanos que sejam aprovados:

a) Em um turno, cada casa do Congresso Nacional por 2/5 dos votos

b) Em dois turnos, duas casas do Congresso Nacional por 3/5 dos votos

c) Em um turno, duas casas do Congresso Nacional por 2/5 dos votos

d) Em dois turnos, uma casa do Congresso Nacional por 3/5 dos votos

34. Para proteção de Direitos Humanos, além do sistema global, existem sistemas regionais. Dentre os sistemas que não estão consolidados, está:

a) Americano

b) Africano

c) Asiático

d) Europeu

35. Diante do grande crescimento da violência e da insegurança pública, muitos seguimentos sociais passam a acreditar em simplificações, como, por

exemplo, a eliminação do crime através da eliminação dos criminosos.

(BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos, segurança pública e promoção da justiça. Passo Fundo: Berthier, 2004.)

Sobre direitos humanos e garantias constitucionais, assinale a alternativa correta:

a) A pena de morte não é prevista no Pacto de San José de Costa Rica

b) A CF veda em qualquer hipótese aplicação de pena de morte ou de caráter perpétuo

c) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança

d) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral, sendo admitidas sanções disciplinares com castigo físico em casos extremos.

36. A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) foi proclamada em 22 de novembro de 1969 e entrou em vigo no Brasil em 25 de setembro de 1992, elencando diversos direitos para promoção da dignidade e Direitos Humanos no continente Americano. Tendo em consideração esta importante convenção, sobre o direito à integridade pessoal e as garantias judiciais, assinale a alternativa INCORRETA

a) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.

b) Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.

c) Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa.

d) São garantias mínimas, entre outras, a todas as pessoas durante processo, o direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada e a concessão ao acusado do tempo de

no mínimo quinze dias e dos meios adequados para a preparação de sua defesa

37. Os direitos humanos de primeira dimensão tratam de direitos de liberdade, marcam a passagem de um Estado autoritário para um Estado de Direito e, alguns documentos históricos são marcantes para a configuração e emergência desses direitos, EXCETO:

- a) Magna Carta, do Rei João Sem Terra.
- b) Bill of Rights
- c) Habeas Corpus Act
- d) Constituição Mexicana de 1917

38. A respeito dos marcos históricos, julgue as assertivas:

I- Os direitos humanos estão dispostos em um rol taxativo, que foi internalizado pelo ordenamento jurídico brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

II- A *The Bill of Rights*, de 1689 foi editada com a intenção de assegurar a Supremacia do Parlamento sobre a vontade do Rei, controlando e reduzindo os abusos cometidos pela nobreza em relação aos seus súditos.

III- O fim da segunda guerra mundial marca a Internacionalização dos Direitos Humanos.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I
- d) III

39. Sobre os princípios, características e terminologia dos direitos humanos, julgue:

I- Dentre as características dos direitos humanos encontram-se a historicidade e a vedação de retrocesso, significando que os direitos humanos

resultam de um processo histórico, de lutas sociais contra violações de direitos, não podendo ser suprimidos, pois estaríamos retrocedendo eliminando direitos e garantias conquistados ao longo da história.

II- Os direitos humanos são voltados para questões estritamente políticas e de liberdades individuais, não tutelando direitos que se relacionem com a esfera econômica ou cultural.

III- O fundamento jusnaturalista se baseia na ideia que os direitos humanos são extraídos da razão humana, após reflexão lógica e laica.

Estão corretos os itens

- a) I e III
- b) I e II
- c) I
- d) III

40. No que tange à responsabilização internacional do Estado por violação de obrigações assumidas no âmbito internacional e conceituações no que tange direitos humanos, podemos afirmar que:

a) prevalece que a responsabilidade é subjetiva, ou seja, prescinde de dolo ou culpa para que o Estado seja responsabilizado.

b) o Estado não é responsabilizado se comprovar que investigou e puniu os seus agentes internos.

c) Conceitualmente, os direitos humanos são os direitos protegidos pela ordem internacional contra as violações e arbitrariedades que um Estado possa cometer às pessoas sujeitas à sua jurisdição. Por sua vez, os direitos fundamentais são afetos à proteção interna dos direitos dos cidadãos, os quais encontram-se positivados nos textos constitucionais contemporâneos.

d) não há que se falar em responsabilização internacional, na medida em que não existe um órgão internacional de execução de sentenças condenatórias das cortes internacionais.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

41. O usuário possui dois discos: um HD identificado pela letra C e um pen drive identificado pela letra D. Ele abriu o disco C e selecionou um conjunto de arquivos, em seguida, arrastou, pressionando o mouse, esses arquivos para o disco D. Ao término dessa operação podemos afirmar que:

- a) O conjunto de arquivos foi apagado de C.
- b) O conjunto de arquivos foi movido do disco C para o D e deixou de existir em C.
- c) O conjunto de arquivos foi copiado de C para D
- d) Nenhuma operação foi realizada, pois não é possível executar os passos citados.

42. Ao clicar no botão , existente na barra de tarefas do Windows, o usuário terá acesso:

- a) aos aplicativos instalados na máquina.
- b) as conexões de rede disponíveis, mas não a que está conectada no momento
- c) as informações do antivírus instalado.
- d) as conexões de rede disponíveis, e exibe a que está conectada no momento.

43. No Word, um conjunto de formatações já está pré-definido ao entrarmos no ambiente e todos os documentos desenvolvidos receberão essa formatação, caso não haja alguma mudança feita pelo usuário. Esse conjunto de formatações é definido por:

- a) Estilo.
- b) Configurações
- c) Tema.
- d) Sumário.

44. No Word, ao clicarmos três vezes sobre uma palavra iremos:

- a) selecionar todo o parágrafo.
- b) selecionar a palavra.
- c) posicionar o cursor no local clicado.
- d) selecionar a linha.

45. No Excel o usuário digitou a fórmula =B\$2+\$C\$2 na célula D2 e arrastou para a célula D5. O que aparecerá em D5?

- a) =B\$5+\$C\$5
- b) =B\$2+\$C\$2
- c) =B\$5+\$C\$2
- d) =\$E\$2+\$F\$2
- e) =\$B\$2+\$C\$5

46. No Powerpoint existe um slide onde se pode colocar as formatações que devem ser usadas pelos demais. Dessa forma, qualquer alteração posterior pode ser feita apenas nele e será replicada na apresentação. O nome desse recurso é:

- a) alterações especiais.
- b) formatações em bloco.
- c) cópia de slide
- d) slide mestre

47. É um ataque que se caracteriza pela alta capacidade de multiplicação e apresenta atuação independente, sem a necessidade de se acoplar a outro arquivo ou programa

- a) vírus
- b) cavalo de tróia
- c) worm
- d) spyware

48. O SSL é um certificado digital que garante a transmissão de dados criptografados em uma rede. Um protocolo que o utiliza é:

- a) STMP
- b) IMAP
- c) HTTP
- d) HTTPS

49. Um usuário recebeu uma mensagem de e-mail que continha um anexo e decidiu encaminhar a mesma para um colega de trabalho. Dessa forma, podemos afirmar que ao apertar no menu para encaminhar:

- a) O anexo é mantido na nova mensagem.
- b) A nova mensagem já vai ter o campo Para preenchido.
- c) O anexo fica bloqueado para envio para evitar a contaminação da máquina.
- d) O Assunto deve ser o mesmo da mensagem original, ficando bloqueado para edição.

50. Um usuário, estava com o Google Chrome aberto e, por curiosidade, digitou: 60+30 na barra de endereços do referido navegador. Após apertar 'enter' teremos como resultado:

- a) Uma explicação sobre os números digitados.
- b) O primeiro resultado exibido é uma calculadora com a soma dos valores, no caso 90.
- c) Uma tabuada com todas os elementos básicos do sistema decimal.
- d) A etimologia da escrita cardinal desses números.

NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

Alexandre Herculano

51. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de política de prevenção criminal prioritariamente terciária.

- a) Previsão do direito do condenado de abreviar o tempo imposto em sua sentença penal, mediante trabalho, estudo ou leitura.
- b) Instalação de câmeras de videomonitoramento em um estabelecimento que foi alvo de diversos roubos.
- c) Melhorias na regulação do sistema financeiro para prevenção às práticas de lavagem de dinheiro.
- d) Programas de educação aos jovens para prevenção ao uso de drogas.

52. Sobre a Criminologia é CORRETO afirmar:

- a) o crime é um fenômeno social.
- b) estuda o crime, o criminoso, mas não a vítima.
- c) é uma ciência normativa e valorativa.
- d) o crime é um fenômeno filosófico.

53. A expressão "cifra negra", em Criminologia, corresponde ao número de

- a) erros judiciais (decisões judiciais incompatíveis com a realidade dos fatos).
- b) crimes ocorridos e não reportados à autoridade.
- c) criminosos reincidentes.
- d) prisões efetuadas injustamente.

54. Em relação aos crimes passionais, é correto afirmar:

- a) A passionalidade não tem relação com atividade cerebral de neurotransmissores.
- b) O passional tem um amor genuíno, de doação.
- c) A pessoa mata por sentimento de desprezo e recusa.

d) As fases da loucura passional são descritas como ciúme patológico e amor verdadeiro seguido de orgulho ferido.

55. A relação entre Criminologia e Direito Penal está evidenciada de forma CORRETA em:

Alternativas

- a) A Criminologia aproxima-se do fenômeno delitivo, sendo prescindível a obtenção de uma informação direta desse fenômeno. Já o Direito Penal limita interessadamente a realidade criminal, mediante os princípios da fragmentariedade e da seletividade, observando a realidade sempre sob o prisma do modelo típico.
- b) A Criminologia tem natureza formal e normativa. Ela isola um fragmento parcial da realidade, a partir de critérios axiológicos. Por outro lado, o Direito Penal reclama do investigador uma análise totalizadora do delito, sem mediações formais ou valorativas que relativizem ou obstaculizem seu diagnóstico.
- c) A Criminologia e o Direito Penal são disciplinas autônomas e interdependentes, e possuem o mesmo objetivo com meios diversos. A Criminologia, na atualidade, erige-se em estudos críticos do próprio Direito Penal, o que evita qualquer ideia de subordinação de uma ciência em cotejo com a outra.
- d) A Criminologia versa sobre normas que interpretam em suas conexões internas, sistematicamente. Interpretar a norma e aplicá-la ao caso concreto, a partir de seu sistema, são os momentos centrais da Criminologia. Por isso, ao contrário do Direito Penal, que é uma ciência empírica, a Criminologia tem um método dogmático e seu proceder é dedutivo sistemático.

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

Alexandre Herculano

56. O Algor mortis é uma técnica muito utilizada na perícia forense, já que permite ao perito criminal identificar

- a) morte sem resposta inflamatória.
b) primeiro estágio do *Rigor mortis*
c) resfriamento do cadáver e estimativa do tempo de óbito.
d) morte de animais provocada por outros animais.

57. Qual é o significado do sinal de Lichtenberg?

- a) Tatuagem identificadora de determinados grupos criminosos, em presídios.
b) Figura formada pela impregnação cutânea dos resíduos de projétil de arma de fogo, em disparos a média distância.
c) Figura arborescente cutânea, típica da região de saída da descarga elétrica industrial de alta tensão.
d) Lesões tegumentares arboriformes, procedentes de fenômenos vasomotores, às vezes presentes em vítimas de descargas elétricas atmosféricas (raios).

58. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta em que ocorrem os períodos de fenômenos transformativos destrutivos.

- a) Coliquativo; coloração; gasoso; esqueletização.
b) Coliquativo; gasoso; coloração; esqueletização.
c) Coloração; coliquativo; gasoso; esqueletização.
d) Coloração; gasoso; coliquativo; esqueletização.

59. Sulco cervical oblíquo, de profundidade desigual e com área de interrupção, com fundo escoriado, comumente está presente em morte por

- a) estrangulamento.
- b) enforcamento.
- c) sufocação direta.
- d) esganadura.

60. É correto o que se afirma, EXCETO em:

- a) Perícia perciendi é aquela em que o perito é chamado para conferir, técnica e cientificamente, um fato sob a ótica quantitativa e qualitativa.
- b) A perícia, segundo seu modo de realizar-se, pode ser sobre o fato a analisar (perícia deducendi) ou sobre uma perícia já realizada (perícia perciendi).
- c) Perícia deducendi é a análise feita sobre fatos pretéritos com relação àqueles sobre os quais possa existir contestação ou discordância das partes ou do julgador.
- d) Define-se perícia médico-legal como um conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da justiça.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PC-MG-31-10-21>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>



Estratégia
Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>